

PROCESSOS PARAFRÁSTICO-POLISSÊMICOS EM LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Leandro Rodrigues Alves DINIZ¹

RESUMO: Conforme destaca Zoppi-Fontana (2004), a configuração do Mercosul – institucionalmente, com a assinatura dos Tratados de Assunção, em 1991 – foi acompanhada por um intenso processo de gramatização (Auroux, 1992) brasileira do português como língua estrangeira. Em nossa comunicação, concentramos-nos sobre a produção editorial de livros didáticos brasileiros de ensino de português para falantes de outras línguas. Com efeito, é possível perceber um impulso nessa produção a partir do fim da década de 80, o que se relaciona ao aumento do poder do Mercado (Payer, 2005) – especificamente, à constituição do Mercosul. Nessas novas condições de produção, observamos um crescente processo de determinação discursiva, através do qual a língua ensinada nos livros didáticos passa a ser associada ao Brasil. Tal processo de determinação não incide, entretanto, sobre o nome da língua, como em outros momentos da gramatização brasileira. Isso se deve, em partes, à caução do lingüista aplicado nesse novo período da instrumentalização do português. Assim, se tivermos em vista os enunciados “a Língua Portuguesa do Brasil” e “a Língua Portuguesa no Brasil” – propostos por Orlandi (1997) para caracterizar, respectivamente, o processo de gramatização no século XIX e aquele que se desenvolve após a Nomenclatura Gramatical Brasileira –, parece-nos que é antes o segundo que marca a instrumentalização brasileira do português como língua transnacional. Entretanto, a especificação “no Brasil” deixa de ser uma mera “localização de uma história particular” (*ibidem*, p. 4). Através dela, marca-se que é o Brasil que “exporta” sua língua nacional – e não Portugal –, o que tem seus efeitos do ponto de vista do Mercado. O português passa a aparecer, então, como uma “língua de comunicação”, urbana, “veicular” (Gobard, 1976), através da qual se pode obter “sucesso”. Essa é, segundo Payer (*op. cit.*), a recompensa prometida àqueles que obedecem às “leis do Mercado”, em tempos contemporâneos.

RÉSUMÉ: À partir de *l'Histoire des Idées Linguistiques* et de *l'Analyse du Discours*, on étudie dans cet article la production éditoriale de livres didactiques d'enseignement de portugais comme langue étrangère. Nos recherches indiquent que la création du Mercosud représente, en effet, un déclencheur de la grammatisation brésilienne. Dans ces nouvelles conditions de productions – marquées par l'accroissement du pouvoir du Marché –, le portugais apparaît comme une « langue de communication », véhiculaire, à travers laquelle on peut avoir du succès. La relation avec le Portugal est donc oblitérée, ce qui est aussi dû à la caution du linguiste appliqué.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças no espaço de enunciação² do português, impulsionadas pela assinatura dos Tratados do Mercosul, parecem sinalizar, conforme destaca Zoppi-Fontana (2004), um novo momento na gramatização³ e institucionalização brasileiras do português. Com efeito, a

¹ Mestrando em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas e bolsista da FAPESP (processo 05/57352-0).

² Segundo Guimarães (2005: 18), os espaços de enunciação são “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, re-dividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”.

³ Auroux (1992: 65) define gramatização como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Em nossa pesquisa, temos pensado os livros didáticos como uma das instâncias de gramatização de uma língua.

construção de um saber metalingüístico brasileiro sobre o português como língua estrangeira (PLE) envolveu diferentes mecanismos de instrumentalização, seja a partir do Estado, da Academia ou da iniciativa privada. Neste artigo, dedicaremos nossa atenção à produção de livros didáticos (LDs) brasileiros nesse domínio.

Teremos como referencial teórico-metodológico o quadro da *História das Idéias Lingüísticas* (HIL), na sua relação com a *Análise do Discurso*. Pensamos, assim, o domínio dos fenômenos da linguagem como um espaço de produção de tecnologias que mudam a relação do homem com os objetos simbólicos e com as formas de organização social. Segundo Orlandi (2001), a gramatização, além de implicar a constituição de um saber metalingüístico, resulta na construção de espaços imaginários de identificação, tendo, assim, efeitos sobre a configuração das formas das sociedades. No presente trabalho, procuramos pensar, especificamente, os livros didáticos de PLE como instrumentos lingüísticos, que produzem sentidos para a relação que o sujeito não-brasileiro estabelece com o Brasil, seu povo e sua língua nacional.

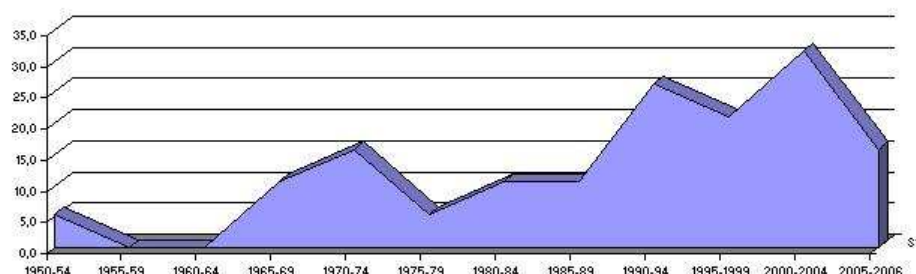
Discutiremos aqui alguns processos parafrástico-polissêmicos⁴ observados nos LDs em questão. Para tanto, apresentaremos, primeiramente, um panorama da produção editorial brasileira, chamando atenção para o impulso por que essa passa a partir do fim da década de 1980. Em seguida, discutiremos alguns processos de determinação e indeterminação discursiva, através de análises dos títulos, capas e prefácios dos materiais. Por fim, mostraremos que os LDs mais recentes, enquanto instrumentos lingüísticos, passam a significar o português como uma *língua veicular* (Gobard, 1976).

2. A CONSTITUIÇÃO DE UMA POSIÇÃO DE AUTORIA

A fim de mapear a produção editorial de LDs brasileiros de português como língua estrangeira, fizemos um levantamento dos principais materiais publicados desde a década de 1950, quando surgiu o primeiro material. A partir desse levantamento, elaboramos um gráfico, através do qual podemos observar a contribuição percentual de cada quinquênio em relação ao total de livros de PLE publicados entre 1950 e 2006:

⁴ Para Orlandi (1999: 36), a paráfrase e a polissemia “são as duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam”.

Porcentagem do total de LDs brasileiros de PLE publicados entre 1950 e 2006



Percebemos que há, a partir do fim da década de 80, um grande crescimento na produção desses materiais. O período compreendido entre 1950 e 1984 – que corresponde a quase 62% de todo o espaço de tempo considerado – é responsável por aproximadamente 30% dos LDs publicados, enquanto o período entre 1985 e 2006 – que corresponde a apenas 38% do período em questão – responde por quase 70% dessa produção.

Essas mudanças apontam para a constituição de uma posição de autoria do brasileiro em relação à produção desse saber metalingüístico, o que parece definir um novo período no processo de gramatização brasileira de português (Zoppi-Fontana, 2004), desencadeado pela assinatura dos Tratados do Mercosul. Com efeito, observamos, através do gráfico, um grande crescimento na produção dos LDs brasileiros de PLE a partir do fim da década de 1980. Esse período coincide, justamente, com o início da configuração do Mercosul – que, institucionalmente, se dá em 1991, com a assinatura dos Tratados de Assunção. Nas seções seguintes, mostraremos que essas novas condições de produção – marcadas pelo crescimento do poder do Mercado (Payer, 2005) – produzem modificações no funcionamento discursivo dos LDs mais recentes.

3. PROCESSOS DE DETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO DISCURSIVA

Gostaríamos de chamar atenção, neste momento, para os títulos dos primeiros materiais publicados no Brasil: “Português para estrangeiros”, de Marchant (1954); “Português: conversação e gramática”, de Magro e Paula (1969); “Português básico para estrangeiros”, de Monteiro (1976). Atentemos para o fato de que nenhum deles faz referência à variedade do português ensinada. Exceto no livro “Português básico para estrangeiros” – em que temos na capa o mapa do Brasil –, elementos não-verbais das capas tampouco oferecem pistas nesse sentido, de tal forma que não é possível saber, pelo título ou pela capa do material, qual português é objeto de ensino. O mesmo ocorre em relação aos materiais que aparecem no início da década de 1980, tais como “Falando, lendo, escrevendo português: um curso para estrangeiros”, de Lima e Iunes (1981) e “Tudo bem – Português para a nova geração”, de Ponce *et al.* (1984).

A partir de meados da década de 1980, entretanto, observamos algumas mudanças nos títulos dos LDs, a maioria dos quais passa a delimitar – ainda que indiretamente – que é a língua portuguesa *do Brasil* a ensinada no livro. Como exemplo, poderíamos citar “Avenida Brasil: curso básico de português para estrangeiros”, de Lima *et al.* (1986); “Português via

Brasil. Um curso avançado para estrangeiros”, de Lima e Iunes (1990), “Sempre amigos: Fala **Brasil** para jovens”, de Fontão do Patrocínio (2000); “Panorama **Brasil**: ensino do português no mundo dos negócios” (2006). Elementos não-verbais da capa – tais como pontos turísticos internacionalmente conhecidos, praias e paisagens naturais, elementos de culturas indígenas, mapas do Brasil etc. – também deixam claro qual português é objeto de ensino.

Observamos, dessa forma, um crescente processo de determinação discursiva, através do qual o português ensinado passa a ser associado ao Brasil. Entretanto, raríssimos são os casos em que o nome “português”/“língua portuguesa” aparece sintaticamente determinado pelo sintagma “brasileiro/do Brasil”, como ocorre em “Passagens: português **do Brasil** para estrangeiros”. Em geral, o nome “português” aparece sem o primeiro de seus possíveis adjuntos, conforme destacamos através do Ø: “Avenida Brasil: curso básico de português Ø para estrangeiros”, de Lima et al. (1986); “Interagindo em português Ø: textos e visões do Brasil” (2001), publicado por Henriques e Grannier (2001); “Estação Brasil: português Ø para estrangeiros”, de Bizon e Fontão do Patrocínio (2005); “Panorama Brasil: ensino do português Ø no mundo dos negócios” (2006).

Essa indeterminação também pode ser observada nos prefácios e apresentações de diferentes livros. Se, por um lado, o atributo “brasileiro(a)(s)”/“do Brasil” raramente incide sobre o nome “língua”/“português”, por outro, ele determina nomes como “cultura” e “história”:

O módulo JOGOS, além de entreter o aluno, é constituído de atividades que reforçam a aprendizagem do português Ø. FIQUE POR DENTRO inclui tópicos sobre história e cultura do Brasil, brasileiros que se destacaram nos esportes, literatura etc. (Sempre Amigos, livro do professor, p. 8)

Segundo a visão e experiência das autoras, nosso papel, na sala de aula, vai além do ensino de língua portuguesa e cultura brasileira. (Interagindo em português: textos e visões do Brasil, p. ix).

O fenômeno da coordenação nos parece especialmente interessante para analisar os recortes acima. Concentremo-nos na diferença entre os sintagmas “história e cultura do Brasil” e “língua portuguesa e cultura brasileira”. Se, naquele, o operador “e” faz a distribuição do determinante “do Brasil” para ambos os nomes do sintagma (“história” e “cultura”), isso não se passa no último caso, em que ele funciona, discursivamente, antes como uma disjunção do que como uma adição: à língua, a predicação é “portuguesa”, e à “cultura”, “brasileira”.

Em geral, os LDs referem-se à língua ensinada como “o português do Brasil” apenas quando querem chamar atenção para alguns aspectos lingüísticos específicos, tais como uso do diminutivo, influência de outras línguas e características fonéticas. Dessa forma, nas poucas vezes em que aparece nos LDs, a expressão “português do Brasil” assume um sentido diferente do que nas pesquisas realizadas no campo da Lingüística. Isso porque, nesses materiais, ela diz respeito a fenômenos lingüísticos pontuais, o que se contrasta com a posição predominante na Lingüística, em que “português brasileiro/ português do Brasil” (PB) se contrasta a “português europeu” (PE) por diferenças fundamentais. Tal posição é sustentada por distintas linhas teóricas, a exemplo da Gramática gerativa, da Sociolingüística laboviana e da Análise do discurso de filiação francesa. A questão que nos colocamos é, então, a seguinte: se há condições históricas para se falar em “português brasileiro/do Brasil”,

por que essa expressão não aparece nos LDs brasileiros de PLE, ou somente aparece ligada a fenômenos lingüísticos específicos?

A fim de responder a essa questão, parece-nos importante, em primeiro lugar, ter em vista que a instrumentalização do português como língua transnacional é acompanhada por um crescente processo de institucionalização da Lingüística Aplicada. Assim, se, por um lado, a legitimidade de um saber sobre a língua se dá pela Lingüística, a legitimidade sobre o ensino de línguas se dá, sobretudo, pela Lingüística Aplicada, área em que não é vigente a distinção entre “português do Brasil” e “português de Portugal”. Isso é evidenciado pelo fato de que, nos últimos anos, consolidou-se no ensino de português passa estrangeiros – que se institucionaliza nas universidades como área de pesquisa da Lingüística Aplicada – a expressão *Português para Falantes de Outras Línguas* (PFOL), que inclui o *Português como Língua Estrangeira* (PLE) e o *Português como Segunda Língua* (PL2).

Além disso, devemos observar que a posição de autoria ocupada pelo brasileiro em relação à instrumentalização do português como língua estrangeira se contrasta com aquela que marcou o processo inicial de gramatização brasileira do português, surgido como um procedimento de independência de Portugal. Se, naquele momento, a questão da unidade/diversidade da língua do Brasil em relação à de Portugal ocupava um lugar central (Orlandi, 1997), agora tal discussão se encontra obliterada.

Retomando os enunciados “a Língua Portuguesa do Brasil” e “a Língua Portuguesa no Brasil” – propostos por Orlandi (*ibidem*) para caracterizar, respectivamente, o processo de gramatização no século XIX e aquele que se desenvolve após a Nomenclatura Gramatical Brasileira –, parece-nos que é antes o segundo que marca a instrumentalização brasileira do português como língua transnacional. Entretanto, a especificação “no Brasil” – em geral, feita de maneira indireta, uma vez que não incide diretamente sobre o nome “língua portuguesa”/“português” –, deixa de ser uma mera “localização de uma história particular” (*ibidem*, p. 4). Através dela, marca-se que é o Brasil que “exporta” sua língua nacional – e não Portugal –, o que tem seus efeitos do ponto de vista do Mercado. Apresentar a língua portuguesa como aquela falada no Brasil significa, pois, constituir um espaço específico no mercado editorial: o daqueles que, por diferentes razões, se interessam em aprender português do Brasil. O português passa a aparecer, então, como uma língua que se vende – e que vende outros produtos num mundo globalizado. Observamos, assim, deslocamentos do português em direção à posição de língua veicular, que passam a ser legitimados pelos LDs contemporâneos. A fim de sustentar essa hipótese, apresentaremos, a seguir, o modelo tetralingüístico proposto por Gobard (1976) e, em seguida, analisaremos alguns recortes dos materiais em questão.

4. O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA VEICULAR

O modelo tetralingüístico nos parece interessante para nossos objetivos, porque nos permite organizar as diferentes imagens que se constituem em relação às línguas em uma determinada formação social. A primeira língua do modelo é a **vernácula**, materna ou territorial, de comunidade rural ou de origem rural, antes feita para “communier” que para “communiquer” (*ibidem*, p. 34). A segunda língua – **veicular**, urbana, estatal ou mesmo mundial – é aquela aprendida por necessidade e destinada à comunicação entre as cidades. Trata-se da língua da sociedade, de transmissão burocrática, de troca comercial. A terceira

língua é a **referencial**, da cultura, do sentido, da inteligência, ligando-se à figura do acadêmico. Por fim, a língua **mítica** é aquela que se encontra no horizonte das culturas, associando-se à figura do poeta. Trata-se de uma língua de reterritorialização espiritual ou religiosa. Um ponto fundamental no funcionamento do modelo diz respeito ao fato de que “a distribuição dessas línguas varia de um grupo para outro, e, para um mesmo grupo, de uma época para outra” (Deleuze e Guattari, 1977). Em uma perspectiva discursiva, diríamos que mudanças nas *condições de produção* podem acarretar uma re-distribuição dessas línguas em uma determinada formação social (Celada, 2002). Posto isso, analisemos alguns recortes que vão ao encontro da nossa hipótese de que o português passa a ocupar o lugar de uma língua veicular nos LDs mais recentes.

Observemos, inicialmente, o título de um livro publicado em 1999, por Ponce *et. al.*: “Bem-vindo: a língua portuguesa no mundo da comunicação”. A expressão “bem-vindo” funciona aí como um marcador temporal, que indica uma ruptura: a língua portuguesa antes não pertencia ao conjunto das línguas que “estão no mundo da comunicação”, mas agora já ocupa esse lugar. A expressão “(estar) no mundo da comunicação” assume, então, um sentido diferente daquele do senso-comum, segundo o qual as línguas servem para comunicar; caso contrário, o subtítulo do LD em questão seria redundante. Parafrasticamente, poderíamos relacioná-la a expressões como “estar no mundo comercial”, “estar incluído no mundo globalizado”, o que produz para o português – que se recobre com a língua nacional brasileira, a partir de elementos não-verbais da capa – os sentidos de uma língua de ação, de socialização, de troca, ou, para resumir, de *veicular* (Gobard, 1976).

Algumas capas produzem efeitos de sentido similares, como a do livro “Diálogo Brasil”. Em seu segundo plano, aparece a imagem de uma bela praia deserta, configurando-se, assim, um processo parafrástico, que produz o retorno a um mesmo espaço de dizer: o Brasil aparece, pois, como um local paradisíaco, dotado de inúmeras riquezas naturais, “abençoado por Deus”. Por outro lado, estão, em primeiro plano, executivos sentados à mesa, concentrados e pensativos, em uma reunião de negócios. O fato de os executivos serem de diferentes etnias nos leva a pensar numa reunião característica de um mundo globalizado, envolvendo empresas de diferentes países. A presença de uma antena parabólica no canto esquerdo da capa reforça essa imagem. O jogo entre esses dois planos da imagem parece reproduzir, dessa forma, a tensão entre paráfrase e polissemia: aquela se relaciona ao segundo plano da imagem, em que temos a presença de elementos do discurso fundador (Orlandi, 1993); esta, ao primeiro plano da imagem, que coloca o português como uma língua veicular.

Relaciona-se a esse processo polissêmico o fato de que, em alguns livros mais recentes, a aprendizagem do português aparece não como um fim *per se*, mas como um instrumento, um meio para se atingirem determinados objetivos. Não se trata, portanto, simplesmente de aprender a língua, mas de adquirir um saber através dessa. A aprendizagem do português aparece aí como um objetivo secundário, necessário para se alcançar a maior meta: conhecer o Brasil e, sobretudo, “participar da sua economia”, conforme podemos observar na quarta-capa de “Panorama Brasil”:

O Brasil vem se destacando cada vez mais no cenário econômico mundial. Todos os dias, mais e mais empresas e profissionais chegam aqui para concretizar Negócios e participar da nossa economia. Torna-se, portanto, essencial o ensino e o aprendizado do idioma português falado no Brasil por parte de todos os protagonistas desse universo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise da produção editorial brasileira de LDs de PLE indica que, de fato, a configuração do Mercosul como novo espaço geopolítico transnacional foi acompanhada por um intenso processo de gramatização (Zoppi-Fontana, 2004), caracterizado pela construção de uma posição de autoria do brasileiro em relação a esse saber metalingüístico. Nessas novas condições de produção – caracterizadas pelo crescimento do poder do Mercado (Payer, 2005) –, a língua portuguesa passa a ocupar um novo lugar no cenário internacional. Os livros didáticos mais recentes, enquanto instrumentos lingüísticos, trabalham no sentido de legitimar esse novo lugar. O português passa a aparecer, então, como uma língua “de comunicação”, de “troca comercial”, através da qual se pode obter “sucesso”. Essa é, segundo Payer (*ibidem*), a recompensa prometida àqueles que obedecem às “leis do Mercado”, em tempos contemporâneos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.
- CELADA, M. T. (2002). *O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira*. Tese de doutorado, Campinas, IEL/Unicamp.
- GOBARD, H. (1976). *L'aliénation linguistique. Analyse tétraglossique*. Paris: Flammarion.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1977). “O que é uma literatura menor?”, in: DELEUZE, G.; GUATTARI, F., *Kafka. Por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago.
- GUIMARÃES, E. (2005). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, E. P. (org.) (1993). *Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes.
- _____. (1997). “O Estado, a Gramática, a Autoria”, in: *Relatos* 4, pp. 6-11.
- _____. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2001). “Apresentação”, in: ORLANDI, E. (org.), *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat.
- PAYER, M. O. (2005). “Sujeito e sociedade contemporânea. Sujeito, Mídia, Mercado”, in: *Rua* 11, pp. 9-25.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. (2004). “A língua brasileira no Mercosul. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados”. Projeto de pesquisa referente a solicitação de Bolsa PQ/CNPq, edital CA 10/2004. Campinas: IEL/Unicamp.